

06

A implantação do CapacitaSUAS no Distrito Federal

DENISE RIELLA TORRES

GARDÊNIA A. SCAPIM MACHADO

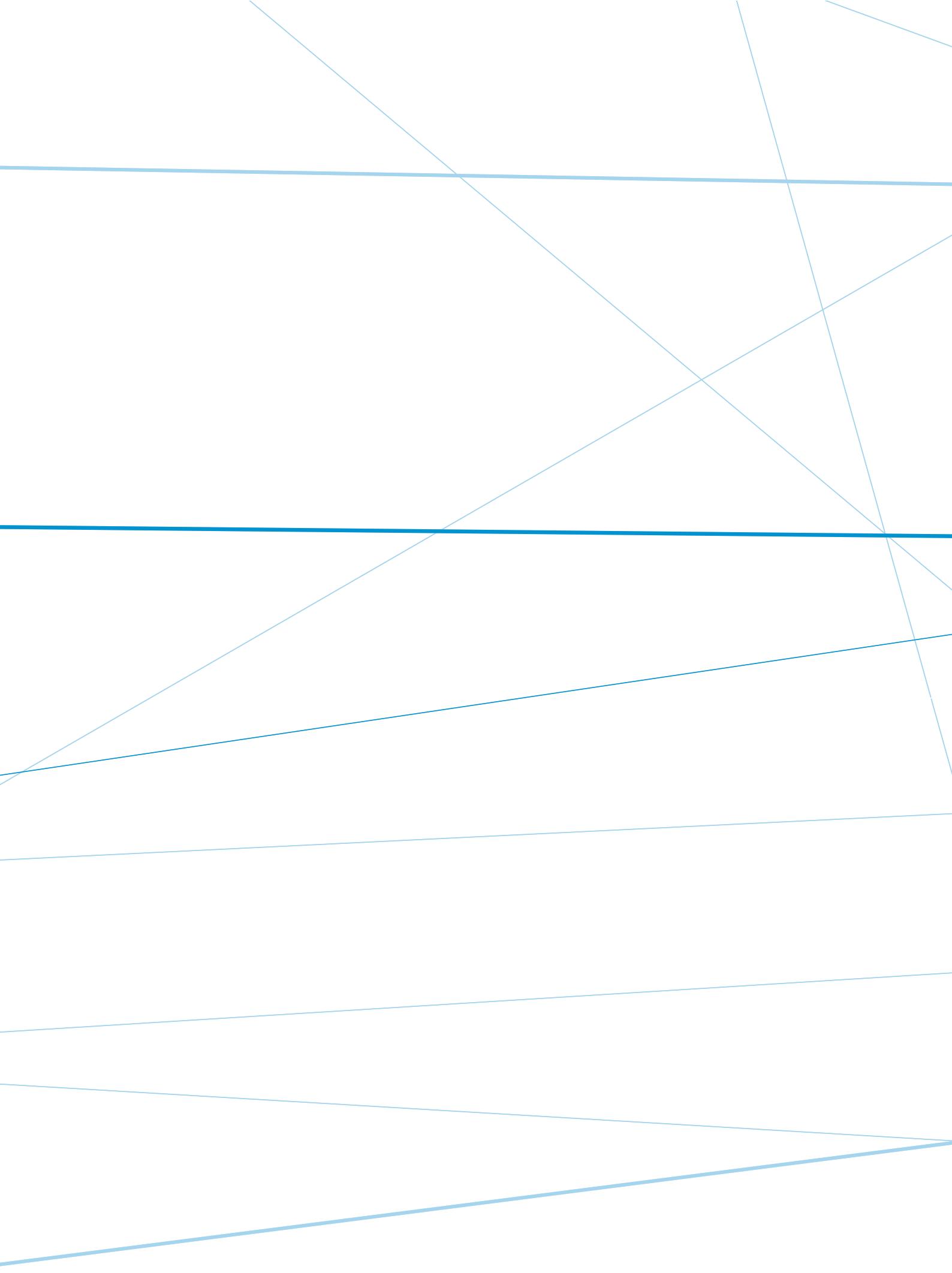
LÍDIA CRISTINA S. BARBOSA

TEXTOS SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O

desenvolvimento
social

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



06

A implantação do CapacitaSUAS no Distrito Federal

DENISE RIELLA TORRES

GARDÊNIA A. SCAPIM MACHADO

LÍDIA CRISTINA S. BARBOSA

TEXTOS SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O

desenvolvimento
social

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

APRESENTAÇÃO

A série Textos sobre Educação Permanente para o Desenvolvimento Social visa disseminar relatos de experiências, estudos de casos, metodologias e estudos analíticos relacionados ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de ações de educação permanente no âmbito das políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

Trata-se de publicação por meio da qual se pretende estimular o conjunto de sujeitos envolvidos em ações de formação, capacitação, educação permanente e gestão do trabalho no contexto das diferentes políticas de desenvolvimento social e combate à fome, nas três esferas federativas, a sistematizar e compartilhar experiências, conhecimentos, saberes e metodologias oriundas do fértil campo do pensar e do fazer pedagógico destinado à qualificação dos trabalhadores, gestores e conselheiros que atuam no campo dessas políticas públicas.

Acredita-se que a sistematização, o compartilhamento e a disseminação de tais experiências, conhecimentos, saberes e metodologias servirá de importante meio de aprendizado coletivo e implicará em ganho de qualificação para o conjunto dos sujeitos envolvidos.

¹ Psicóloga, Pós Graduada em Psicologia Junguiana, Gerente de Informação sobre Políticas de Desenvolvimento Social ligado a Diretoria de Gestão da Informação na Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Subsagi) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest).

² Assistente Social, especialista em Assistência Social lotada na Subsagi/Sedest.

³ Cientista Social, Mestranda em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Pós Graduada em Administração Pública e Gerenciamento de Projetos, Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação da Sedest.

A IMPLANTAÇÃO DO CAPACITASUAS NO DISTRITO FEDERAL

DENISE RIELLA TORRES¹

GARDÊNIA A. SCAPIM MACHADO²

LÍDIA CRISTINA S. BARBOSA³

CONTEXTUALIZAÇÃO DA SEDEST

A Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal (SEAS/DF), órgão gestor da Política de Assistência Social no Distrito Federal, foi criada pelo Decreto n. 21.170 de 05 de maio de 2000, com as atribuições de formular e implantar a política de desenvolvimento social e de valorização da juventude e do idoso no Governo do Distrito Federal, além de gerir as políticas de atendimento às necessidades básicas da população, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Neste sentido, de 2000 a 2006, a SEAS implementou programas que visavam dar cobertura às diversas situações de vulnerabilidade e de exclusão enfrentadas cotidianamente por indivíduos e famílias, como os Programas: Proteção Social a Indivíduos e Família Apoio Socioeducativo para Criança e Adolescente; Medidas Socioeducativas a Adolescentes; Apoio Socioeconômico para o enfrentamento da pobreza; Proteção e Cuidado Infantil, que mantinha o projeto Lares de Cuidados Diurnos e previa a construção de creches comunitárias.

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, com a missão de promover maior integração entre as áreas de transferência de renda, segurança alimentar, assistência social e inclusão produtiva, uma nova estrutura buscou centralizar as ações e passou a executar sua estratégia de desenvolvimento social de forma mais articulada, entre as esferas federativas e os inúmeros ministérios, com maiores investimentos nas políticas públicas. O MDS concretizou a aprovação de uma nova Política Nacional de Assistência Social da Norma Operacional Básica e orientou uma nova gestão para o Sistema Único da Assistência Social-SUAS. O SUAS supera a ação fragmentada e segmentada da área e direciona sua organização em torno da matrícula sociofamiliar, e da descentralização de serviços, ofertando-os em locais próximos da moradia das famílias.

O Distrito Federal (DF), em consonância com as diretrizes nacionais, extinguiu a SEAS/DF, em 2007, e criou a Secretaria de Estado de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade, que mais tarde, passa a ser apenas Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) com remanejamento da área do trabalho para outra Secretaria. A Sedest seguiu o modelo institucional do MDS e criou a: Subsecretaria de Assistência Social, Subsecretaria de Transferência de Renda e a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, a Sedest passa a ser um órgão estratégico da administração direta do Governo do Distrito Federal, responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda

e de Segurança Alimentar e Nutricional, da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no âmbito do DF; além de programas e projetos de inclusão social e produtiva, do campo de ação das políticas sob sua gestão.

Na área da Assistência Social, o Distrito Federal conta, atualmente, com o funcionamento de 27 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), 17 OS Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSES), 09 Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), 1 Centro de Referência da Diversidade, 2 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), 1 Unidade SUAS 24 horas, 1 Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAFTAG), Unidade de Acolhimento para Idosos (UNAI), Unidade de Acolhimento para Mulheres (UNAM), Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), 1 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes e 3 Casas-Lares.

Palavras-chaves: Assistência social; política; implantar; diretrizes.



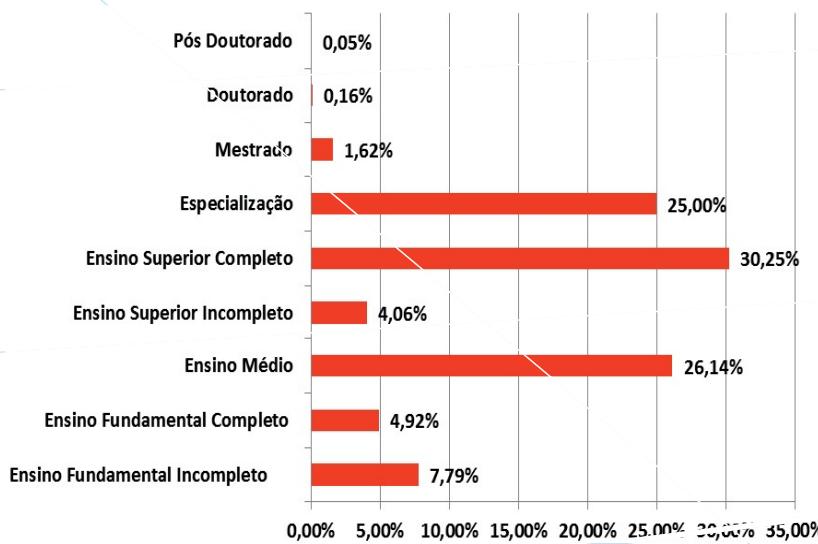
PERFIL PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DA SEDEST

As mudanças e avanços que ocorreram no âmbito da assistência social, especialmente, após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e a aprovação do SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, resultaram em um novo cenário para atuação dos profissionais em todo o território nacional. Apreendendo essas mudanças, a análise do perfil dos servidores da Sedest do Distrito Federal apresenta dados que demonstram esses avanços.

Segundo dados da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) da Sedest, atualizados até o mês março de 2014, a Secretaria conta com um total de 1.848 servidores. Desses, 76 estão cedidos, 15 estão requisitados e 45 encontram-se afastados. Assim, 1.712 servidores estão trabalhando efetivamente na Sedest, sendo que, aproximadamente, 1.200 atuam diretamente na política de Assistência Social.

Quanto ao grau de instrução dos servidores da Sedest, verifica-se no Quadro 1 que a maioria tem ensino superior completo (57%), destes 462 possuem especialização (25%). Esses dados demonstram que a Sedest conta com uma equipe de escolaridade elevada o que impacta positivamente na qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais, visto que o principal ativo desta política são seus trabalhadores.

GRÁFICO 1: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS SERVIDORES



De acordo com os dados da DIGEP, a maior parte dos servidores está lotada em unidades públicas de atendimento direto à população. Este dado também demonstra uma diretriz importante da Secretaria, em priorizar as áreas finalísticas de atendimento à população. O quadro abaixo mostra a quantidade de servidores que atuam nas diferentes áreas da Sedest.

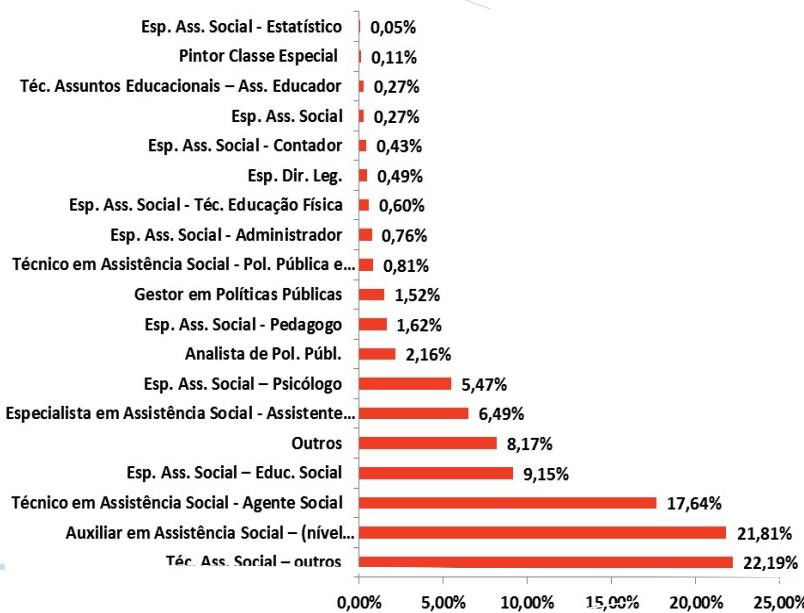
QUADRO 1: LOTAÇÃO DOS SERVIDORES DA SEDEST

LOCAL DE LOTAÇÃO DOS SERVIDORES	QUANTIDADE
À disposição da DIGEP	9
Assessorias	33
Cedidos	76
Câmara de Segurança Alimentar CAISAN	2
Centros de Convivência	191
Centro POP	41
CREAS	154
CRAS	460
Centro de Referência da Diversidade Sexual, Religiosa e Racial	8
Conselho de Assistência Social	8
Conselho de Segurança Alimentar	2
Coordenação Regional de Desenvolvimento Social	6
Coordenação de Proteção Social Básica	5
Coordenação de Proteção Social Especial	5
Coordenação Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional	2
Coordenação Estadual de Política de Seg. Alimentar e Nutricional	1
Diretorias	65
Divisão de apoio as Coord. Regionais de Desenvolvimento Social	1
Divisão de órgãos colegiados	2
Divisão de projetos especiais	1
Gabinete	30
Gerências	274
Ouvidoria	3
Restaurantes comunitários	14
Serviços funerários	12
Gabinete da Subsecretaria de Administração Geral	11
Gabinete da Subsecretaria de Assistência Social	7
Gabinete da Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação	3
Gabinete da Subsecretaria de Fomento a Parcerias	4
Gabinete da Subsecretaria de Segurança Alimentar	12
Gabinete da Subsecretaria de Transferência de Renda	4
Gabinete da Subsecretaria Extraordinária do DF sem Miséria e Projetos Especiais	3
Unidades de Acolhimento	327
Unidade de Controle Interno	3
Unidade de Tecnologia da Informação	5
Unidade dos SUAS 24 horas	51
Outros	13
Total	1.848

FONTE: DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SEDEST, MARÇO DE 2014

Quanto à função/cargo dos servidores, os dados abaixo demonstram que esta Secretaria é composta por uma equipe multidisciplinar.

GRÁFICO 2: CARGO DOS SERVIDORES DA SEDEST



A Sedest priorizou, nos últimos anos, a composição do quadro de pessoal pela maioria de servidores efetivos. Isso possibilitou qualificar o processo de trabalho e melhorar o atendimento aos demandantes. Além disso, tem investido na articulação com as demais políticas públicas locais, políticas de saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e sejam mantidos o fácil acesso e a qualidade dos serviços prestados para todas as famílias e indivíduos, de forma a garantir a sustentabilidade das ações de assistência social.

O trabalho de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que constituem as principais profissões hoje atuantes no SUAS, requer interface com as demais políticas na perspectiva de mediar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais. Segundo esta direção, a Sedest entende que é fundamental assegurar a participação dos profissionais das diferentes categorias que hoje integram as equipes dos CRAS e CREAS bem como dos usuários, nos Conselhos de Assistência Social, como forma de fortalecimento da contribuição das diferentes profissões para a construção do SUAS e para a qualificação dos espaços de controle social democráticos. Destaca-se também a importância da atuação conjunta da organização dos usuários, com vistas a viabilizar sua participação nos Conselhos, e proporcionar-lhe acesso às deliberações das Conferências e dos Conselhos de Assistência Social, aprimorando os mecanismos de divulgação e socialização dos debates com a população. A partir dessas ações o DF começa a obter resultados.

Segundo o artigo da Codeplan, de 06 de fevereiro de 2014, várias melhorias na qualidade de vida da população mais vulnerável do DF podem ser atribuídas a essas mudanças. Com esse novo desenho adotado pelo Governo do Distrito Federal, a política local atua de forma descentralizada e garante o atendimento da população mais vulnerável, em consonância com a política nacional.

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), o DF, em 2011-2012, apresentou diminuição do Índice de Gini, deixando de ser a Unidade da Federação com maior desigualdade. Esta pesquisa também indica uma redução, no DF, de 39% da população pobre e extremamente pobre, entre 2009 a 2012. Esses resultados demonstram que essa região está no caminho correto na efetivação de políticas públicas e o trabalho até aqui desenvolvido deve ser aperfeiçoado e continuado.

Nesse esforço, a Sedest entende que é imprescindível a oferta de formação permanente para qualificar os profissionais do SUAS no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, bem como para o aprimoramento da gestão do SUAS no DF. No intuito de atender ao objetivo de qualificar as equipes de referência e o conjunto de profissionais e operadores do SUAS, a Sedest aderiu ao Programa CapacitaSUAS, por entender sua importância para a melhoria da qualidade da oferta dos serviços e benefícios prestados à população. Seus conteúdos e metodologia proporcionam aos trabalhadores conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais bem como à consolidação das ações do DF sem Miséria.



A EXPERIÊNCIA DE EXECUÇÃO DO CAPACITASUAS NO DF

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) do Distrito Federal aderiu ao Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) em 28 de maio de 2012. A meta pactuada com o Governo Federal foi de capacitar 565 profissionais no primeiro módulo do CapacitaSUAS. Contudo, a secretaria avaliou ser necessário capacitar, pelo menos, o dobro de profissionais previsto inicialmente pelo Governo Federal. Essa decisão partiu da avaliação da necessidade da Sedest em capacitar os profissionais, não só da secretaria, mas também em ampliar essa oferta de capacitação aos funcionários da rede socioassistencial privada e aos conselheiros do Conselho de Assistência Social (CAS/DF), responsáveis pelas atividades de controle social. Como resultado desta decisão, o governo do Distrito Federal assumiu os impactos financeiros e operacionais da ampliação dessa meta.

A Sedest iniciou o processo de contratação de Instituição de Ensino Superior (IES) durante o período de 2012, por meio de uma licitação por pregão eletrônico, que resultou fracassada, pois nenhuma das duas instituições do Distrito Federal habilitadas no CapacitaSUAS apresentaram propostas no certame. No esforço de executar o CapacitaSUAS, a Secretaria retomou o processo de contratação, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 24, XIII da Lei Federal n. 8.666/1993, em que a Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas (FEPESMIG) manifestou interesse e, posteriormente, foi contratada. A IES contratada não possuía fins lucrativos, mas notória especialização com natureza singular de serviços.

O contrato de prestação de serviço entre a Sedest e FEPESMIG foi assinado em 25 de junho de 2014 e em 14 de agosto foi realizada a aula inaugural. Três cursos foram contratados neste primeiro momento do CapacitaSUAS: Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços Socioassistenciais do SUAS e a Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM; Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Plano BSM e Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS. As regras contratuais estabelecem que o GDF ofereça o espaço para as aulas serem ministradas e a IES se obriga a ofertar os cursos, de acordo com os projetos pedagógicos e condições estabelecidos pelo MDS.

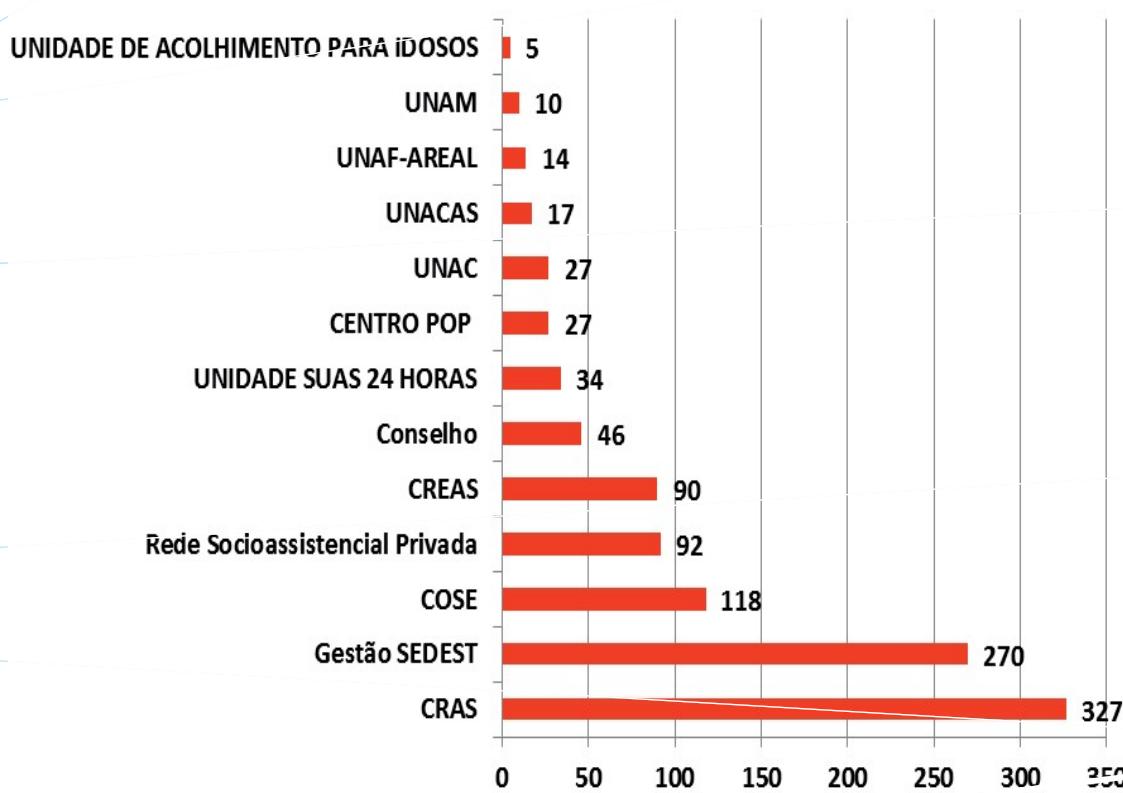
O primeiro curso “Introdução ao Provimento dos Serviços Socioassistenciais do SUAS e a Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria” teve maior número de participantes: 1.077. No curso “Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Plano BSM” foram matriculados 39 alunos e o curso

"Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS" contou com a matrícula de 33 alunos. O primeiro curso pode ser considerado o principal oferecido nesta primeira etapa do CapacitaSUAS. Neste, foram trabalhados os seguintes eixos:

- O Sistema Brasileiro de Proteção Social à Assistência Social e à Garantia dos Direitos Socioassistenciais;
- Pobreza; Pobreza multidimensional; Territórios e expressões da pobreza e Avanços recentes;
- Operacionalização dos Benefícios Socioassistenciais e a judicialização dos Serviços Socioassistenciais;
- Proteções Sociais, Básica e Especial e a tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- Vigilância Social; Identificação de famílias em situação de risco e vulnerabilidades.

O Gráfico 3 apresenta a lotação dos 1.077 trabalhadores matriculados no Curso de introdução ao SUAS e ao Plano Brasil Sem Miséria. Os dados do gráfico ilustram a preocupação da Secretaria em capacitar prioritariamente os funcionários que atuam em atividades que lidam diretamente com a população.

GRÁFICO 3 – LOTAÇÃO DOS MATRICULADOS NO CURSO DE INTRODUÇÃO DO SUAS E DO BSM



Uma das preocupações do corpo dirigente na execução do CapacitaSUAS era a especificidade da execução dos Serviços Socioassistenciais no Distrito Federal. A equipe do DF identificou as seguintes especificidades que preocupavam e que influenciaram a estruturação do curso:

- a existência de unidades próprias de execução do serviço de convivência;
- a divisão do território do Distrito Federal por regiões administrativas com perfis diferenciados;
- o funcionamento do Setor de Cadastramento e Transferência de Renda (SECAT) dentro dos CRAS;
- o papel duplo desta unidade da federação, visto como município e estado;
- o número elevado de profissionais concursados e com elevada escolaridade.

Um dos principais cuidados na execução do curso foi a seleção dos professores. Em parceria com a IES, foram convidados professores com perfil acadêmico almejado, mas que também possuíam experiência na gestão da política. Essa escolha se mostrou um grande diferencial do CapacitaSUAS no Distrito Federal. A escolha de profissionais altamente especializados para ministrar os cursos possibilitou a discussão de problemas técnicos do sistema, mantendo a realização de um alinhamento inicial de conteúdo para todos os alunos. A escolha do perfil de professores acadêmicos com a vivência da gestão proporcionou a realização de oficinas práticas com a discussão de casos, legislações específicas do DF, informações gerenciais para vigilância e dificuldades da relação entre as proteções. Nessas oficinas, as discussões foram conduzidas pelos professores de forma que os problemas vivenciados pelos profissionais fossem apresentados e discutidos. Os professores também tiveram o cuidado de conduzir as discussões para um caminho de construção e troca de saberes, separando as falas que traziam problemas de gestão e que não seriam solucionados naquele espaço. Toda essa estratégia foi construída em conjunto da instituição de ensino e com os professores. Além da reunião de alinhamento conduzida pelo Governo Federal, o Distrito Federal realizou outra conversa com os professores, em que apontou as diretrizes do curso, os principais desafios da oferta dos serviços, as legislações próprias, a descrição dos programas e os dados gerais da Secretaria. Esta reunião foi essencial para alinhar os objetivos e expectativas do Governo do DF, da instituição de ensino e dos professores.

Os cursos foram iniciados a partir de 18 de agosto de 2014, e uma das principais dificuldades encontradas para sua realização foi localizar espaços disponíveis para abrigar, semanalmente, seis turmas. A ideia inicial da Secretaria era dividir as turmas por grandes regiões administrativas e realizar o curso em dois ou três espaços, possibilitando com essa estratégia a diminuição do deslocamento dos servidores, mas dificultaria a alocação dos professores e o controle das

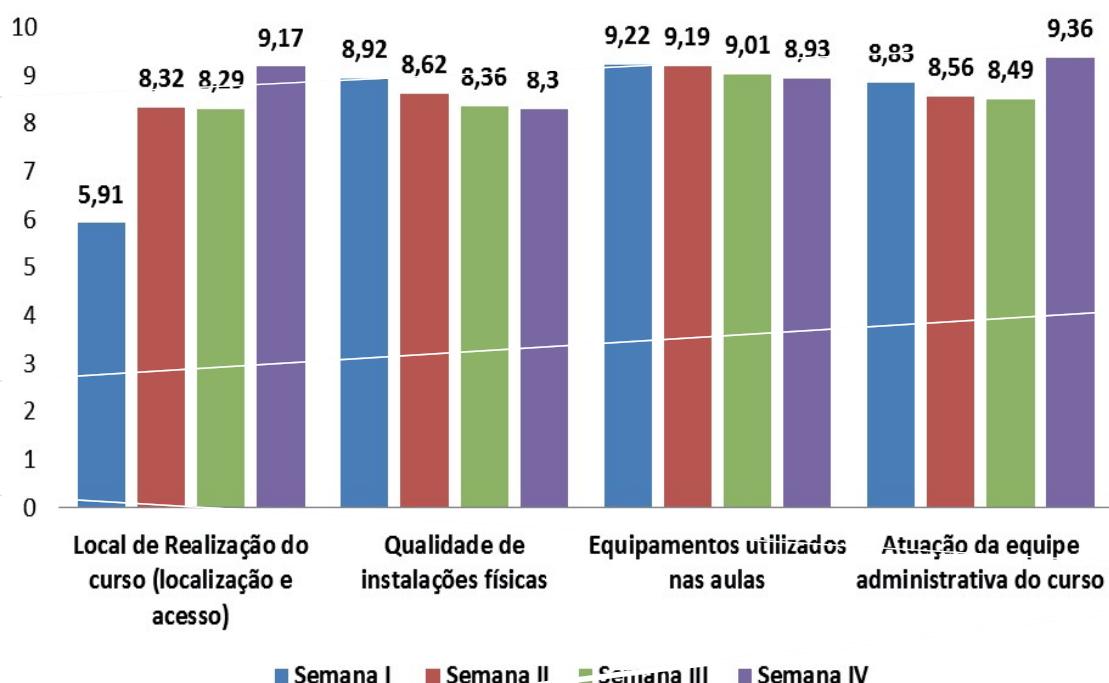
turmas pela Instituição de Ensino. Por esses motivos e pelo fato da Secretaria não ter conseguido a cessão de espaços de salas de aula em duas ou três regiões do DF, a oferta dos cursos aconteceu prioritariamente em um único local.

Na primeira semana de 18 a 22 de agosto de 2014, as aulas foram ministradas no espaço da Academia Nacional da Polícia Federal. A avaliação dos alunos sobre o espaço foi positiva em relação à qualidade das instalações físicas e negativa em relação à localização, distância, facilidade de acesso etc. Nas demais semanas, o Curso de introdução foi oferecido na Universidade Católica em Taguatinga, sendo esse espaço bem avaliado pelos alunos. Para o Curso de indicadores foi utilizado um espaço próprio da Sedest tendo computadores com acesso à internet que possibilitou aos alunos a manipulação das ferramentas disponibilizadas pela SAGI/MDS.

A média de avaliação dos alunos sobre infraestrutura, ferramentas tecnológicas utilizadas, conteúdo e carga horária em todas as semanas ficou superior a 8, considerando o parâmetro de avaliação de 0 a 10, conforme gráfico a seguir. Observa-se que as avaliações realizadas na primeira semana de aula apresentam notas inferiores às demais. Essa alteração é explicada pela mudança de espaço dos locais de aula.

Podemos considerar que o item “infraestrutura” foi um dos mais desafiadores para a Sedest, e a lição aprendida desta situação foi que nos próximos módulos do curso é necessário que a instituição de ensino fique responsável pela contratação da infraestrutura do curso.

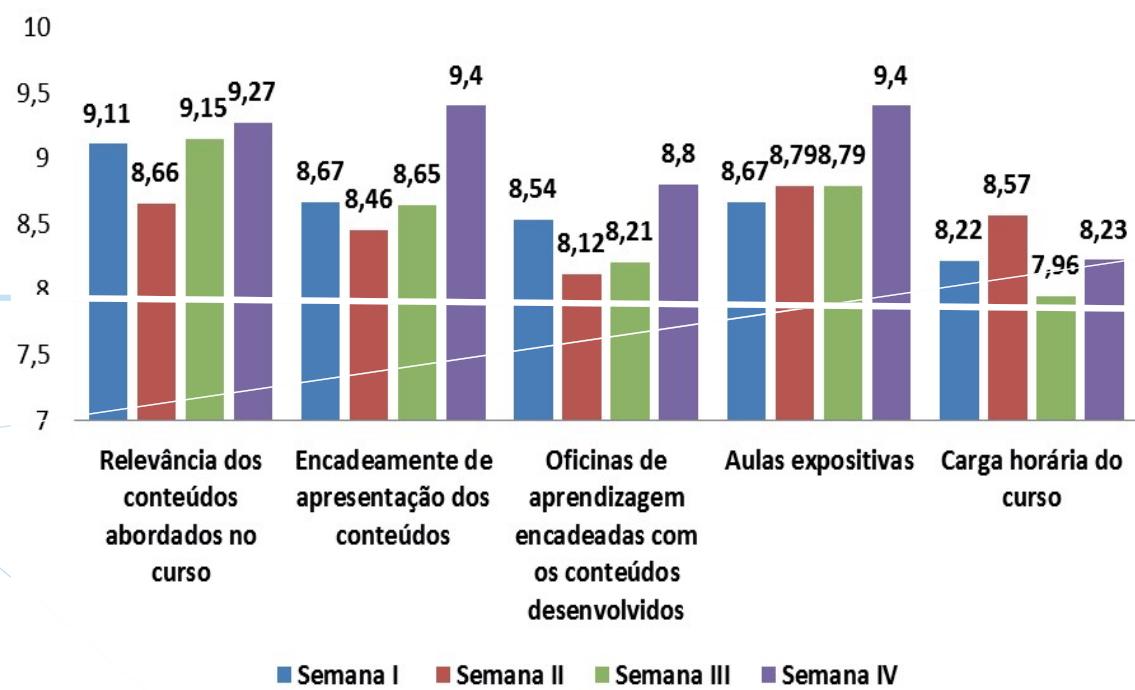
Avaliação sobre infraestrutura



FONTE: AVALIAÇÃO DO CAPACITASUAS/UNIS

A avaliação sobre os cursos ofertados também foram positivas, ficando a média superior a 8, em uma avaliação de 0 a 10. O item mais bem avaliado pelos alunos em todas as semanas foi sobre a “relevância dos conteúdos abordados”, com média de 9,04, seguido pelo item “aulas expositivas”, com média 8,91. As notas mais baixas nesta avaliação foram em relação à “carga horária do curso”, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Avaliação sobre curso



FONTE: AVALIAÇÃO DO CAPACITASUAS/UNIS

Mesmo com avaliações tão positivas por parte dos trabalhadores, a Secretaria ainda enfrentou desafios para alcançar boa frequência dos alunos às aulas, devido à carga horária de trabalho dos servidores, em geral 30 horas semanais, sendo que o curso possuía uma carga horária de 40 horas semanais, além de outras situações de servidores que trabalhavam em regime de plantão ou que possuíam dois vínculos trabalhistas. Mesmo com esses desafios, o CapacitaSUAS já capacitou mais de 700 trabalhadores do SUAS, e a Sedest, em parceria com a Instituição de Ensino, está desenhando outros formatos de curso que viabilizem a capacitação dos demais profissionais da Secretaria que não conseguiram cumprir toda a carga horária dos cursos ofertados nesta primeira etapa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de outubro de 2004.



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

